

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
CRISE DO NEOLIBERALISMO MODERADO E GOVERNOS DO PT			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
David Maciel	Universidade Federal de Goiás	UFG	professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A crise atual no Brasil se configura como uma crise conjuntural em seu início, que teve origem na crise do programa neoliberal moderado e cuja faceta mais visível é a crise do governo Dilma Rousseff e do PT. No entanto, é importante frisar que ainda estamos longe de uma crise de hegemonia, pois o que há é uma redefinição da correlação de forças no interior do bloco no poder, com o fortalecimento das posições já hegemônicas do capital financeiro, em detrimento do capital industrial, e da perspectiva neoliberal extremada como programa de governo para o combate à crise. Em tal processo de redefinição, o PT tem perdido e tende a perder ainda mais a condição de fiador e principal operacionalizador político da hegemonia burguesa, alterando o quadro institucional e político-partidário. A crise do programa neoliberal moderado aplicado pelos governos do PT é o resultado de seu próprio êxito, pois inviabilizou o desenvolvimento de um padrão de acumulação capitalista alternativo, não-neoliberal, capaz de reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira, promover um processo consolidado de distribuição de renda, ampliar direitos sociais e fortalecer os setores da economia capazes de reduzir a dependência externa. Além disso, a ampliação das políticas sociais compensatórias e as medidas favoráveis aos setores mais pobres mostraram-se claramente insuficientes diante das novas perspectivas de renda, consumo e de acesso aos serviços sociais que suscitaram, dando origem à série de protestos de rua iniciada em 2013. A crise econômica mundial deu início à eliminação progressiva das condições favoráveis à sua implementação, tornando cada vez mais evidente sua incapacidade em se manter como alternativa ao neoliberalismo extremado e favorecendo a atual crise política.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Neoliberalismo moderado; crise política; governos do PT.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The current crisis in Brazil is configured as a cyclical crisis in its infancy, which originated in the crisis of moderate neoliberal program and the most visible facet is the government crisis Dilma Rousseff and the PT. However, it is important to note that we are still far from a crisis of hegemony, because there is a redefinition of the correlation of forces within the power bloc, strengthening the already hegemonic position of finance capital at the expense of industrial capital, and extreme neoliberal perspective as a government program to combat the crisis. In this reset process, the PT has lost and tend to lose even more the capacity of guarantor and principal political operationalizador of bourgeois hegemony, changing the institutional and political-party system. The crisis of moderate neo-liberal program implemented by PT governments is the result of its own success as it prevented the development of a pattern of capitalist accumulation alternative, non-neoliberal, capable of reducing the external vulnerability of the Brazilian economy, promote a consolidated process income distribution, increase social rights and strengthen the economic sectors able to reduce external dependence. In addition, the expansion of compensatory social policies and measures favorable to the poorest sectors proved to be clearly insufficient in the face of new opportunities for income, consumption and access to social services raised, leading to a series of street protests started in 2013. The global economic crisis began the gradual elimination of favorable conditions for its implementation, becoming increasingly evident in their inability to stay as an alternative to extreme neoliberalism and favoring the current political crisis.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Moderate neoliberalism; political crisis; PT governments.			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes.			

1-As vicissitudes do neoliberalismo moderado.

O projeto neoliberal moderado encaminhado pelos governos do PT desde 2003 viveu um período de crescentes dificuldades a partir do início do mandato de Dilma Roussef, em 2011. Este projeto buscou viabilizar a expansão da economia brasileira fortalecendo o mercado interno; reativando a capacidade de investimento do Estado, principalmente em infra-estrutura; apoiando a inserção das transnacionais brasileiras no mercado mundial e aproveitando as condições externas favoráveis para intensificar as exportações. Tudo isto sem abandonar o núcleo duro do receituário neoliberal na política econômica (superávit primário, regime de metas de inflação, câmbio valorizado e flutuante, juros altos), nem reverter as mudanças estruturais de conteúdo neoliberal extremado herdadas dos governos anteriores (privatizações, flexibilização/precarização dos direitos sociais e trabalhistas, corte de gastos públicos, abertura comercial e financeira, agências reguladoras, lei de responsabilidade fiscal, reforma administrativa); além de promover novas reformas neoliberais (lei de falências, concessões e parcerias com o setor privado, novas reformas da previdência e medidas de flexibilização dos direitos trabalhistas, etc.). Para tanto o governo adotou um conjunto de políticas, tais como, a ampliação das políticas sociais compensatórias, particularmente as políticas de transferência de renda; a valorização do salário mínimo; a ampliação do crédito para consumo popular; o financiamento de grandes empresas com recursos públicos; o investimento em obras de infra-estrutura com o favorecimento das empresas nacionais; o privilegiamento das relações comerciais e diplomáticas com os países pobres e “emergentes”, entre outras (MACIEL, 2011).

Tais iniciativas foram bem sucedidas em promover o crescimento econômico, abrir mercados externos para os produtos brasileiros e empresas sediadas no país e melhorar os níveis de renda e de acesso ao consumo dos trabalhadores, em especial dos setores mais pobres, o que trouxe mudanças políticas decisivas para a reposição da hegemonia burguesa. Em primeiro lugar, enfraqueceu poderosamente a oposição institucional ao neoliberalismo com a adesão do governo do principal partido antineoliberal ao neoliberalismo moderado. Em segundo lugar, atraiu para o programa neoliberal moderado o apoio, mesmo que “crítico” e em nome das “mudanças”, das principais organizações de trabalhadores, num movimento transformista jamais visto e que completou um movimento iniciado ainda durante a transição política pelo governo militar. Em terceiro lugar, reforçou a estatolatria e a adesão dos setores mais pobres e desorganizados das classes trabalhadoras ao neoliberalismo por meio do lulismo (MACIEL, 2013b). Estas modificações políticas tiveram a capacidade de passivizar o conflito político, favorecer a conciliação de classes, determinar o predomínio da “pequena política” na disputa política e ideológica e assim de reverter a

crise em que o projeto neoliberal se encontrava no final do governo FHC e repô-lo em novas bases, consolidando e qualificando a hegemonia burguesa de um modo inédito.

No entanto, a partir de 2011 o neoliberalismo moderado dos governos petistas passa a não apresentar mais os mesmos efeitos expansivos para o capitalismo brasileiro como durante os dois mandatos de Lula. A crise econômica mundial contribuiu poderosamente para esta perda de vitalidade, pois diante da altíssima vulnerabilidade externa desenvolvida pela economia brasileira desde os anos 90, a piora das condições externas afetou inevitavelmente o desempenho econômico no país. Além disso, é muito importante considerar que a tentativa de ampliar a presença dos produtos e das empresas brasileiras no mercado internacional, de fortalecer o mercado interno e de promover medidas de melhoria da situação social dos mais pobres (com a valorização do salário mínimo, a ampliação do crédito, o barateamento da cesta básica e as políticas sociais compensatórias) sem ruptura com as estruturas neoliberais e os pilares neoliberais na política econômica atingiu seus próprios limites, evidenciando sua crise como programa de governo.

Limites que se evidenciam em taxas de crescimento econômico cada vez menores desde 2011, tendência de déficit na balança comercial, estagnação e tendência de queda dos índices de emprego, desindustrialização contínua, redução do consumo, perda da capacidade de endividamento das famílias e aumento da inflação; criando um cenário econômico de estagnação e instabilidade que acirrou o conflito político e social. Este é um elemento importante, pois colocou em xeque a própria situação cesarista desenvolvida pelos governos do PT, baseado na tentativa de acomodação política entre os interesses das classes dominantes e aqueles das classes subalternas e de passivização do conflito político, cuja marca mais expressiva é o chamado lulismo (MACIEL, 2013b). Desde 2011 o governo tentou lidar com a crise de modo errático, o que revela a própria impossibilidade de avançar no aumento da presença externa da economia brasileira, no fortalecimento do mercado interno e da distribuição de renda sem romper com o receituário e as estruturas neoliberais. Se de um lado o governo Dilma destinou ainda mais recursos e ampliou o leque de beneficiários das políticas de transferência de renda, aumentou a oferta de crédito e buscou reduzir a taxa de juros; por outro lado promoveu um novo ciclo de privatizações, por meio de concessões e parcerias em investimentos de infra-estrutura, ao mesmo tempo financiando a acumulação privada com recursos públicos, e adotou uma “política industrial” que não apresenta um planejamento global, pois se efetiva ao sabor das pressões de setores e lobbies industriais, e fundamentalmente baseada em renúncia fiscal. Além disso, o neoliberalismo moderado dos governos petistas inviabilizou o desenvolvimento de um padrão de acumulação capitalista alternativo, não-neoliberal, capaz de reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira,

promover um processo consolidado de distribuição de renda, ampliar direitos sociais e fortalecer os setores da economia capazes de reduzir a dependência externa. Diante da tendência de aceleração inflacionária vivenciada em 2013 e 2014 mais uma vez prevaleceu o desgastado mecanismo de aumento dos juros como solução para o problema, jogando por terra todo o esforço anteriormente feito no sentido contrário. Neste sentido, as medidas anticíclicas tomadas pelo governo para evitar o agravamento da crise não surtiram o efeito esperado, pois esbarraram em limites que o próprio governo não se propôs ultrapassar, gerando descontentamento entre as frações burguesas, mas principalmente entre os trabalhadores.

Além disso, a piora nas condições externas levou o governo do PT, já na gestão Dilma Roussef, a combinar cada vez mais seu programa neoliberal moderado com medidas próprias do neoliberalismo extremado, como corte de gastos, aumento de juros, novas reformas neoliberais, etc. Esta postura do governo federal favoreceu um movimento de regressão política fazendo o eixo político girar mais para a direita, com a intensificação da repressão e criminalização das lutas e movimentos sociais e a aprovação de novas reformas neoliberais (MACIEL, 2013a). Tal “giro à direita” desencadeou um movimento de reforço jurídico e institucional da autocracia burguesa e manifestou-se em sua plenitude no avanço eleitoral das forças de direita e extrema direita nas eleições de 2014 e nas recentes manifestações contra o governo e pelo *impeachment*.

Diante deste quadro, a manutenção do programa neoliberal moderado tornou-se cada vez mais difícil, apesar do governo tentar retomá-lo com novos investimentos públicos em obras de infra-estrutura, pacotes de renúncia fiscal e ampliação dos recursos para as políticas sociais compensatórias, principalmente nos anos de 2013 e 2014; reeditando assim a tática adotada em 2008-2010 para evitar o agravamento da crise econômica. A eclosão dos protestos populares em 2013 obrigou o governo a optar por este caminho, em função do próprio desgaste do neoliberalismo como política de governo, sem, no entanto, evitar o agravamento da crise econômica, descontentando “gregos e troianos”.

2-As Jornadas de Junho de 2013 e o início do fim da política de conciliação de classes.

Os primeiros sinais de falência da política de conciliação de classes dos governos petistas e da própria situação cesarista de que se beneficiaram apareceram com os protestos populares ocorridos em 2013 e desdobrados ao longo dos anos de 2014 e 2015. Entre os trabalhadores desenvolveu-se uma grande insatisfação com os baixos salários, a instabilidade social, mesmo daqueles inseridos no mercado de trabalho, mas particularmente submetidos à baixa remuneração e à alta rotatividade no emprego devido à menor qualificação profissional, e a precariedade dos

serviços sociais (saúde, educação, transporte público, além da moradia). Insatisfação que se manifestou inicialmente numa expressiva retomada das greves a partir de 2010 e atingiu o ápice com as jornadas de junho de 2013. Os protestos populares ocorridos no Brasil em junho de 2013 em dezenas de cidades e denominadas “Jornadas de Junho” sintetizaram um conjunto de mobilizações e reivindicações produzidas por diversos segmentos das classes trabalhadoras tornando-se a expressão mais visível dos limites hegemônicos do neoliberalismo e do lulismo nas atuais condições do capitalismo brasileiro¹. Em linhas gerais, os protestos e manifestações expressaram um conteúdo fundamentalmente popular e anti-neoliberal, obrigando as forças institucionais a se moverem para além da simples repressão e criminalização ideológica, levando governos e partidos a declararem apoio ou se mostrarem “sensíveis” às reivindicações, tentando desencadear uma nova operação transformista que visava esvaziar o protesto popular e canalizá-lo unicamente para a luta institucional, repondo assim o neoliberalismo moderado e o lulismo. No entanto, o malogro desta operação, determinado pela própria incapacidade da autocracia burguesa reformada em incorporar as demandas democráticas, fez com que as Jornadas de Junho marcassem o início de uma nova conjuntura, caracterizada pelo acirramento dos conflitos sociais e pela radicalização política, impondo crescentes dificuldades à reprodução da política de conciliação de classes desenvolvida pelos governos do PT desde 2003.

As jornadas expressaram uma reação popular tanto à crise econômica mundial e ao padrão de acumulação capitalista vigente, no que se assemelharam às manifestações ocorridas em outros países; quanto às formas específicas assumidas pela expansão capitalista no país na última década. Em linhas gerais, reagiram à supremacia política e econômica do capital financeiro, manifesta no avanço do autoritarismo com o esvaziamento da democracia representativa e a subordinação da política econômica dos governos aos seus interesses, às políticas de ajuste fiscal, ao financiamento da acumulação privada com recursos públicos (renúncia fiscal, empréstimos a juros subsidiados) e às diversas formas de privatização de bens e serviços públicos. Especificamente reagiram às formas particulares assumidas pelo desenvolvimento capitalista no país nos marcos do neoliberalismo moderado, que ao mesmo tempo em que promoveu o crescimento econômico, a redução do desemprego e o crescimento do mercado formal de trabalho, o aumento da renda salarial e mesmo a redução dos níveis de pobreza; também favoreceu a concentração capitalista, a exportação de capitais, a desindustrialização e a reprimarização econômica; além do avanço do latifúndio e da manutenção do processo de flexibilização dos direitos trabalhistas, em curso desde os anos 90. Isto significa que as mudanças sociais trazidas pelo ciclo de crescimento econômico dos anos 2000 e as políticas sociais compensatórias não foram suficientes para reverter os efeitos concentracionistas e

¹ - Para as Jornadas de Junho de 2013 ver MARICATO et alli..(2013); CALIL (2013) e SAMPAIO JR. (2014).

favoráveis à super-exploração e precarização das condições de trabalho derivados do predomínio do receituário neoliberal.

No que toca à questão urbana isto significou a intensificação da especulação imobiliária, a piora nos transportes públicos e o acanhamento dos serviços sociais públicos diante do crescimento urbano e da própria ativação econômica. Além do agro-negócio e do mineral-extrativismo, os setores imobiliário e da construção civil foram os mais beneficiados pelo ciclo de crescimento econômico dos anos 2000, pelas políticas de indução do governo federal e pela crescente internacionalização da economia brasileira. A presença de grandes transnacionais atuando no país, aliada aos incentivos patrocinados pelo governo federal (PAC 1 e 2, Programa “Minha Casa, Minha Vida”, empréstimos subsidiados pelo BNDES, etc.) e à realização de grandes eventos esportivos (Jogos Pan-americanos de 2007, Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016) tornaram o setor imobiliário um dos principais setores de valorização do capital, favorecendo a criação de uma bolha imobiliária manifesta na alta dos preços dos imóveis, na remoção de milhares de famílias das áreas de interesse do capital imobiliário, na regularização de áreas ocupadas irregularmente pelo capital e na ocupação de novas áreas, ferindo abertamente o plano diretor e a legislação urbana de diversas cidades. O impacto disto foi o crescimento especulativo do custo da moradia, o deslocamento de massas trabalhadoras para as áreas ainda mais periféricas das cidades, com impactos negativos no sistema de transporte público. Este, além de claramente insuficiente diante das necessidades de deslocamento e mobilidade urbana nas grandes e médias cidades, mostrou-se amplamente dominado pelos interesses empresariais, alicerçados em privilégios monopolistas e em relações escusas com o poder público, que envolvem doações de campanha à políticos e partidos e variadas formas de corrupção. Em suma, um sistema caro e ruim que encarece enormemente os custos de reprodução da força de trabalho de milhões de trabalhadores em termos de tempo e dinheiro.

Paralelamente, o aumento dos investimentos federais em saúde e educação durante os governos do PT foram pouco além do mero crescimento demográfico dos últimos 10 anos, sem que a qualidade e a abrangência dos serviços tenha melhorado significativamente. Em termos gerais a expansão destes serviços pelo setor público se fez acompanhar de um crescimento exponencial da iniciativa privada nos setores de saúde e educação, revelando o conteúdo neoliberal das políticas sociais petistas. Não só não se reverteu a forte presença do capital privado nestes setores, herdada dos governos anteriores, como se estimulou sua presença em determinadas áreas, como no ensino superior por meio do ProUni. Paralelamente os governos do PT desencadearam uma ofensiva contra os direitos trabalhistas dos servidores, como mostram a reforma previdenciária de 2003, a criação do Funpresp e da Ebserh, e enfrentaram com dureza as diversas greves ocorridas no período, além

de resistirem à ampliação formal dos recursos destinados à estas áreas. Em suma, a saúde e a educação públicas continuaram padecendo dos problemas tradicionais de atendimento insuficiente, baixa qualidade e verbas insuficientes (MACIEL, 2013b).

Apesar do caráter policlassista e das variadas bandeiras políticas e demandas apresentadas, em linhas gerais as jornadas de 2013 caracterizaram-se por apresentar uma composição social predominantemente proletária e um conteúdo político fundamentalmente anti-neoliberal. Isto porque, por mais que a classe média (“tucana” e mesmo aquela ex-petista) e os chamados “coxinhas” tenham participado ativamente das manifestações, tentando impor-lhes sua pauta moralista e mesmo fascista, expressando um aspecto da regressão política de que falamos anteriormente e inaugurando um processo de mobilização conservadora que se desdobrou nos anos de 2013 e 2015 (CARVALHO, 2015), foram os trabalhadores e os estudantes que se utilizam dos ônibus, trens e metrô caros e de péssima qualidade e que dependem da educação e da saúde públicas os que compuseram majoritariamente as manifestações, mesmo aquelas menos massivas ou de menor repercussão midiática. Não surpreende, então, que as principais reivindicações tenham girado em torno da melhoria e da democratização do acesso e da gestão de serviços públicos essenciais como o transporte público, a saúde e a educação, marcados pela lógica do lucro fácil, pelo descaso e/ou pela baixa qualidade. O desdobramento político essencial desta pauta foi a crítica ao uso e abuso de recursos públicos para financiamento da acumulação capitalista privada por meio de diversos mecanismos estabelecidos pelo neoliberalismo desde os anos 90 e intensificados pelos governos do PT. A denúncia das obras da Copa e das Olimpíadas foi a expressão mais visível desta crítica. Estas bandeiras são a ponta visível de uma perspectiva programática mais ampla, que em nossa avaliação é de conteúdo anti-neoliberal. Isto porque colocam em pauta questões cruciais para a reprodução atual da vida social, reivindicando soluções em conformidade com a redefinição do destino dos recursos públicos, e assim vislumbrando sua captura pelas classes trabalhadoras em lugar do capital. Devido à centralidade que o Estado assumiu na dinâmica da financeirização econômica como seu principal avalista num período de redução continuada da economia real, a crítica à simbiose entre recursos públicos e acumulação privada assume um papel central na crítica aos próprios mecanismos de reprodução do sistema capitalista na atualidade. Deste ponto de vista, mesmo que outras bandeiras tradicionais da luta dos trabalhadores não apareçam de modo explícito, devido à centralidade do papel dos recursos públicos na atual dinâmica de reprodução do capital as questões levantadas pelas jornadas de 2013 colocaram eixos fundamentais para a formulação e viabilização de um programa que ultrapassasse a perspectiva democrático-popular, da qual a esquerda ainda é refém, colocasse a questão do socialismo em pauta.

Além disso, a forma política de encaminhamento da luta – passeatas e protestos de rua, ocupação de espaços e prédios públicos, bloqueio de vias públicas, “esculachos” diante de órgãos públicos e templos da ostentação burguesa, enfrentamento com a polícia, etc. – mostrou também forte descontentamento social com a institucionalidade política marcadamente autocrática, apresentando-se como ação política alternativa às instâncias institucionais (partidos, sindicatos, processo eleitoral, ONGs) e ao movimento sindical. Se de um lado isto é o resultado do longo processo de despolitização, desmobilização e reforço da autocracia burguesa vivenciado desde a instalação da hegemonia neoliberal e que enfraqueceu as formas de militância orgânica, continuada e formativa; de outro lado viabilizou a mobilização de massas sociais dificilmente mobilizáveis pelas instâncias tradicionais. Uma prova disto é que as manifestações foram mobilizadas originalmente sem o concurso significativo de sindicatos e grandes movimentos sociais e a participação “dirigista” dos partidos da esquerda socialista. Os grupos autonomistas e anarquistas tiveram um papel importante nas manifestações não só por contribuírem poderosamente na sua mobilização, como também por atuarem na linha de frente na definição do conteúdo político e do caráter das jornadas. Uma postura política decisiva manifestou-se na recusa em se constituir como um interlocutor junto às autoridades instituídas, negando na prática os mecanismos autocráticos de tratamento do conflito social vigentes na institucionalidade política e a própria possibilidade de passivização e cooptação advinda da “mesa de negociação”. Tal recusa obrigou as autoridades a ter que dar respostas, que desnudaram ainda mais os limites do programa neoliberal e o caráter extremamente limitado, mesmo para padrões burgueses, da democracia política vigente no país. Além de propor timidamente uma reforma política que pouco alteraria o caráter autocrático do Estado brasileiro e que acabou sendo rejeitada pelas forças políticas conservadoras, o governo federal adotou medidas como a redução das taxas de juros, o barateamento do crédito e de determinadas tarifas públicas (como combustíveis e energia elétrica), além da ampliação de recursos para as políticas sociais compensatórias, que não foram suficientes para melhorar efetivamente a qualidade de vida da maioria da população e nem impedir o agravamento da crise econômica; mas tiveram o dom de descontentar as frações do grande capital, como veremos.

Por outro lado, a recusa da institucionalidade política e de seus procedimentos no tratamento dos conflitos sociais deu-se em sintonia com certa perspectiva de recusa da própria política enquanto elemento incontornável da constituição dos trabalhadores enquanto classe, ou seja, da própria constituição dos trabalhadores como sujeitos políticos capazes de disputar a hegemonia em todas as instâncias onde ela se manifesta, inclusive na institucionalidade política. O que se constituiu num limite político das Jornadas de Junho. A recusa dos métodos autoritários, burocráticos e aparelhistas apareceu como uma recusa de princípio à toda forma estrita de

organização política, contribuindo, mesmo que involuntariamente, para reforçar o discurso “apartidário” que pautou as manifestações em determinados momentos. Como se sabe, nas manifestações esta postura foi capturada pelas forças conservadoras através de uma espécie de “patriotismo de potência emergente e subimperialista”, do tipo “o gigante acordou!”, que engrossou o antipetismo e cuja expressão mais radical foi o ataque desferido pelos grupos fascistas e “coxinhas” e aos militantes de partidos e organizações de esquerda .

A emergência desta perspectiva de recusa da política no seio de setores significativos da nova militância política e social se deve não só à presença de práticas burocráticas e aparelhistas entre os diversos partidos de esquerda e o movimento sindical, que geram grande desconfiança e descrédito em sua ação, mas também ao próprio significado político da integração passiva à ordem pelo PT e pela CUT, as principais organizações criadas pelo movimento dos trabalhadores nas últimas décadas. Em outras palavras, no caso do PT, sua completa adesão à institucionalidade política autocrática e sua transformação num “partido da ordem” que reproduz as práticas tradicionais da política brasileira, não só afastou o apoio de determinados setores de classe média que engrossam o discurso conservador e o antipetismo, bem como desautorizou a defesa política e ideológica de práticas efetivamente democráticas e participativas com as quais o partido se identificava nos primeiros tempos, causando grande desilusão nas novas gerações de militantes e funcionando como uma espécie de “contra-exemplo”. Esta é uma questão decisiva na dinâmica política desenvolvida no período, porque por conta da própria posição ocupada pelo PT no imaginário político da esquerda e da juventude, criou-se a impressão de que toda e qualquer organização partidária ou sindical necessariamente desemboca no aparelhismo e no burocratismo. Além disso, no discurso da direita esta situação engrossou o antipetismo, alimentado pelo envolvimento do partido em esquemas de corrupção amplamente noticiados, e um anticomunismo que afeta toda a esquerda socialista, além de fortalecer uma perspectiva política golpista e autoritária.

De todo modo, em suas diversas configurações atuais o proletariado esteve presente nas jornadas de 2013 e em posição social majoritária; quem esteve menos presente foram os setores das classes trabalhadoras organizados em partidos, sindicatos e movimentos sociais, principalmente aqueles que sofrem um poderoso processo de cooptação pelo governo do PT e por sua perspectiva neoliberal moderada. Este é um aspecto importante que revela o impacto negativo da hegemonia neoliberal sobre a capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores, mas que também revela os primeiros sinais de abalo nesta hegemonia, particularmente se considerarmos que parte significativa dos manifestantes compareceu às jornadas de modo relativamente espontâneo, sem a mediação de qualquer movimento ou organização. Por outro lado, isto revela a presença de um

senso comum crítico nas massas trabalhadoras, que se desdobrou em mais lutas sociais e maior disposição para a militância.

Porém, apesar de todo o potencial de luta desencadeado pelos protestos populares, os elementos levantados anteriormente dificultaram a emergência efetiva de um movimento político socialista a partir das Jornadas de Junho, que articulasse tanto a nova militância política e social, quanto os partidos de esquerda e os movimentos sociais. Nas eleições de 2014 esta debilidade apareceu em toda a sua plenitude, abrindo caminho para o fortalecimento das forças de direita e permitindo que a luta política continuasse girando em torno das variantes do programa neoliberal. Por conta disto, passada a fase mais aguda das manifestações (maio, junho e julho), quando os governos, os partidos da ordem e a mídia foram surpreendidos e se assustaram com sua abrangência e radicalidade, a institucionalidade política vigente voltou à sua rotina autocrática, com todo o debate político sendo canalizado para a disputa partidária e eleitoral, os temas surgidos nas manifestações sendo tratados sob a ótica da mera eficiência administrativa, uma nova legislação repressiva sendo proposta e aprovada e as forças policial-militares exercitando sua potência repressiva com todo desembaraço. Pela primeira vez em décadas a Lei de Segurança Nacional foi acionada para incriminar militantes, como na época mais repressiva da Ditadura Militar. Os níveis de popularidade da presidente chegaram até a se recuperar, indicando a robustez da hegemonia neoliberal e do lulismo apesar de tudo. No entanto, as jornadas tiveram o poder de criar um ambiente político favorável à radicalização das lutas sociais, tonificando os movimentos organizados e contribuindo para que suas pautas de reivindicação voltassem a se ligar com a crítica ao neoliberalismo imperante no país. As greves dos professores da rede pública em diversas cidades do país exemplificam esta nova situação. É fato que desde a eclosão da crise econômica mundial ocorreu um processo de aumento do número de greves, atingindo níveis não vistos desde meados dos anos 90; porém, a nova situação criada pelas jornadas de 2013 favoreceu uma postura mais resistente por parte dos movimentos às pressões dos patrões, da Justiça e da polícia e formas inovadoras e mais incisivas de luta política.

Este é outro elemento importante que revela a falência da política de conciliação de classes foi o ascenso do movimento grevista. Apesar das greves apresentarem predominantemente uma perspectiva corporativista, mobilizando milhões de trabalhadores em torno de reajustes salariais e a ampliação de determinados direitos e benefícios, seu crescimento nos últimos anos evidenciou uma reação aos efeitos da crise econômica, particularmente na indústria, e aos próprios limites das políticas de ampliação do emprego, de fortalecimento do mercado interno e de melhoria da renda salarial adotadas sob a égide do neoliberalismo. As políticas de valorização do salário mínimo, ampliação do crédito, barateamento da cesta básica e de crescimento dos níveis de emprego não se

fizeram acompanhar de uma reversão do processo de flexibilização/redução dos direitos trabalhistas, ao contrário. Por exemplo, desde 2013 os jovens doutores que entraram no quadro de professores das universidades federais o fizeram ganhando como graduados e num regime previdenciário que submete a maior parte de suas contribuições aos maus humores da especulação financeira. Paralelamente, grande parte dos contingentes de trabalhadores incorporados ao mercado de trabalho no período tiveram acesso a ocupações de baixa qualificação, baixa remuneração e alta rotatividade.

Conforme já assinalamos, há que se ressaltar que os movimentos grevistas e as manifestações populares revelaram o desgaste das direções e centrais sindicais, bem como dos partidos governistas, particularmente o PT, diante dos trabalhadores, e sua crescente incapacidade de funcionar como instrumentos de contenção das lutas sociais e de conquista de consenso para o neoliberalismo moderado. Parte significativa das greves do período ocorreu sem o concurso e mesmo à revelia das direções sindicais, enquanto as manifestações expressavam uma perspectiva política fortemente anti-institucional e horizontalizante que em alguns momentos dirigiu-se até mesmo contra os partidos e organizações da esquerda socialista. O ato convocado pelas centrais sindicais em 2013 na seqüência das jornadas de junho foi um fiasco, contando basicamente com a presença de dirigentes sindicais. Esta situação evidenciou as crescentes dificuldades do governo, do PT e da CUT, principalmente, em continuar reforçando a hegemonia burguesa através da passivização do movimento dos trabalhadores e de suas principais organizações, esvaziando uma das principais funções exercidas pelos governos petistas aos olhos das frações burguesas em conjunto, apesar das medidas legais, jurídicas e policiais de caráter autocrático tomadas desde 2011 para criminalizar e conter os movimentos e lutas sociais.

Sendo assim, as Jornadas de Junho tiveram um impacto decisivo na dinâmica da luta de classes no Brasil, alterando a conjuntura política e dando início à uma nova etapa, de crescente radicalização política, não só da parte dos trabalhadores, mas também do bloco no poder e da classe média, como veremos adiante.

3-A burguesia e a classe média também se radicalizam.

Diante da ofensiva dos trabalhadores, dos sinais de esgotamento da capacidade do neoliberalismo moderado e do lulismo de passivizar o movimento dos trabalhadores, do agravamento da crise econômica e das próprias medidas tomadas pelo governo em resposta aos protestos populares as frações burguesas passaram a pressioná-lo de modo crescente no sentido de desencadear um novo ciclo de reformas neoliberais, flexibilizando ainda mais os direitos

trabalhistas e previdenciários, intensificando a privatização direta ou indireta (parcerias e concessões) de recursos e equipamentos de infra-estrutura, enterrando de vez a reforma agrária, além de intensificar a repressão e a criminalização dos movimentos e lutas sociais. Se os bancos e o capital rentista em geral pediam a elevação da taxa de juros, o controle de gastos e reclamaram da concorrência “desleal” dos bancos públicos na oferta de crédito; o capital industrial, que vinha de uma trajetória de apoio ao governo, sinalizava claramente que os pacotes de renúncia fiscal e de favorecimento da indústria nacional nas obras patrocinadas com recursos públicos eram insuficientes, acusando o governo Dilma de ser mais “fechado” e menos disposto ao diálogo do que o governo Lula e entoando a velha cantilena pela redução do “custo Brasil”, ou seja, dos custos sociais, previdenciários e trabalhistas, como solução para reverter o processo de desindustrialização e fazer frente à concorrência externa. O agronegócio, que também compunha a base de apoio ao governo e que foi bastante favorecido por suas políticas, nem por isto deixou de criticar sua proximidade com os movimentos de luta pela terra e mesmo a destinação dos (poucos) recursos à agricultura familiar. Esta postura crítica das diversas frações do grande capital diante do governo favoreceu a campanha midiática, desencadeada a partir do processo do chamado “mensalão” no STF, de desconstrução da legitimidade conquistada pelo PT ao longo das décadas em torno da imagem de “ética na política”, firmeza programática e compromisso com a probidade administrativa, não sem o auxílio de determinadas práticas assumidas pelo próprio partido, engrossando o antipetismo e o caldo de cultura de perfil fascista em torno do “ódio ao políticos”, do saudosismo pela Ditadura e fantasmagorias afins.

Neste sentido, o descontentamento do grande capital reverberou em outros setores sociais, particularmente na classe média - também afetada pela crise econômica e incomodada com as políticas sociais compensatórias e de melhoria da renda salarial, apesar de todos os seus limites em termos efetivamente distributivos, mas também em segmentos populares hegemônicos pelo antipetismo. O combate à corrupção e o antipetismo emergiram como bandeiras principais de uma pauta política conservadora, que ia desde a redução da maioria penal até o *impeachment* da presidente e a volta da Ditadura Militar, e que mobiliza contingentes significativos desde 2013 através de passeatas e manifestações de massa, com presença inclusive nas Jornadas de Junho, como já assinalamos, “panelaços”, campanhas na internet, etc. (CARVALHO, 2015). Esta movimentação fortaleceu as forças políticas conservadoras, com efeitos importantes nas eleições de 2014 e no processo de regressão política em curso desde 2010, radicalizando ainda mais a luta política e enfraquecendo a política de conciliação de classes conduzida pelo governo.

4-As eleições presidenciais de 2014.

Esta dinâmica de radicalização, combinada à ausência de uma alternativa político-eleitoral efetiva ao neoliberalismo fez com que no plano institucional o eixo da luta política guinasse ainda mais para a direita, como a campanha eleitoral de 2014 evidenciou, apesar do crescimento das greves e das manifestações de massa ocorridas desde 2013. As duas alternativas eleitorais efetivas à candidatura Dilma Rousseff adotaram uma perspectiva claramente neoliberal extremada, onde a política econômica passaria a ser rigidamente conduzida pelo receituário monetarista, o tamanho do Estado deveria ser ainda mais reduzido e o corte de gastos ampliado, a iniciativa privada avançaria nos setores de infra-estrutura e nos serviços sociais (mesmo que com recursos públicos), a abertura comercial e financeira seria aprofundada; apesar do óbvio compromisso com a manutenção das políticas sociais compensatórias, por razões eleitoreiras. Isto indica que a derrota do neoliberalismo moderado conduzido pelo governo era uma possibilidade real nas eleições de 2014. Tanto Aécio Neves (PSDB), quanto Marina Silva (PSB) contaram com apoio de segmentos decisivos do bloco no poder e de parcelas expressivas das classes médias e de setores populares polarizadas ideologicamente pelo antipetismo. Com a ascensão de Marina Silva à cabeça da chapa, a candidatura do PSB deixou de “navegar” entre as versões moderada e extremada do programa neoliberal, aderindo francamente à segunda, porém sob a máscara do discurso da “sustentabilidade ambiental” e da “nova política”, tornando-se assim capaz de capitalizar o desejo de renovação política expresso por parte dos segmentos que participaram das jornadas de 2013/2014 identificados com o moralismo político e a desconfiança com o sistema político-partidário. Suas chances eleitorais dependiam de sua capacidade em se constituir como alternativa eleitoral viável à candidatura governista, atraindo o “voto útil” no âmbito do antipetismo e amplificando seu quociente eleitoral, o que quase se consumou conforme as pesquisas de intenção de voto. No entanto, na hora decisiva a candidatura do PSDB conseguiu se impor e foi ao segundo turno, graças, em parte, às próprias contradições entre o discurso e as alianças políticas da candidatura do PSB. Por outro lado, diante da possibilidade concreta de derrota do neoliberalismo moderado a candidatura governista apelou novamente para a “chantagem do mal menor” (ruim com o PT, pior com a oposição neoliberal extremada) sobre os movimentos sociais, atraindo seu apoio militante e reeditando o que se viu em 2006 e 2010. No primeiro turno, este apoio foi decisivo para garantir a vitória da candidata do governo.

Porém, no segundo turno as crescentes dificuldades vivenciadas na atual conjuntura para a manutenção e reprodução do programa neoliberal moderado, adotado pelos governos do PT, colocaram em risco a vitória da candidata governista. O fim do ciclo expansivo que marcou os dois mandatos de Lula e a piora nas condições econômicas – alta da inflação, redução dos investimentos, desindustrialização, déficit na balança comercial e nas contas externas, crescimento econômico

próximo de zero e estagnação dos níveis de emprego - estimularam uma pressão ainda maior das diversas frações do grande capital pela aplicação do receituário neoliberal mais ortodoxo como saída para enfrentar a crise econômica. É fato que nos dois turnos a candidatura governista obteve apoio de setores de todas as frações do grande capital, particularmente daqueles que possuem negócios com o governo ou com as empresas estatais, como empreiteiras e até bancos. No entanto, mesmo entre as frações mais próximas dos governos do PT nos últimos anos, como o capital industrial e o agronegócio, predominou uma postura de relativo distanciamento, quando não de oposição, à candidatura de Dilma Roussef, reivindicando maior controle da inflação, redução dos gastos públicos, ajuste fiscal, abandono da política de valorização do salário mínimo e uma nova rodada de reformas neoliberais, particularmente a trabalhista e a previdenciária. Nos dois turnos não faltaram candidatos a governador em diversos estados que, apesar de membros de partidos que compõem a base aliada do governo, como o PMDB, fizeram campanha sem se vincular à candidatura Roussef. Tal posicionamento reforçou as candidaturas da oposição de direita, primeiramente Marina Silva (PSB) e depois Aécio Neves (PSDB), como alternativas viáveis à candidatura petista, contribuindo para acirrar a disputa eleitoral e tornar o resultado indefinido até o último instante. O próprio desempenho do PT na disputa para cargos legislativos demonstra estas dificuldades, com a bancada federal reduzindo-se de 88 para 70 deputados e a estadual de 149 para 108.

A bem sucedida operação de desconstrução da imagem positiva associada ao PT, em curso desde 2005, auxiliada por determinadas práticas adotadas pelo partido, foi reforçada pelas investigações em torno dos esquemas de corrupção na Petrobrás, contribuindo para fortalecer as candidaturas da oposição de direita e disseminar o antipetismo em setores das classes trabalhadoras prejudicadas pela piora das condições econômicas e pelos próprios limites do neoliberalismo moderado, além dos setores do pequeno e médio capital e de classe média tradicionalmente identificados com o conservadorismo político e descontentes com a situação econômica e a amplitude das políticas sociais compensatórias. Neste aspecto o antipetismo favoreceu o avanço institucional das forças políticas de direita, reverberando determinada dimensão das manifestações e protestos de 2013 e 2014, qual seja a crítica da política institucional, dos partidos e dos “políticos”.

Como já adiantamos, entre as classes trabalhadoras também havia um forte descontentamento com as políticas neoliberais e com os limites das políticas sociais compensatórias e de melhoria das condições sociais adotadas pelos governos petistas, como evidenciaram as manifestações e protestos de 2013 e 2014 e o fraco desempenho eleitoral da candidata governista em regiões de grande concentração proletária, como São Paulo e outras capitais e grandes cidades

(D'ANDREA, 2104). Diante disto, a campanha governista teve que adotar um discurso crítico do neoliberalismo extremado para preservar e ampliar o apoio eleitoral das classes trabalhadoras, particularmente no segundo turno. Esta situação favoreceu um movimento de radicalização do discurso da campanha petista, como não ocorria desde 1998, criticando duramente as administrações de Fernando Henrique Cardoso e os elementos nucleares do próprio programa neoliberal, como as privatizações, a especulação financeira e a flexibilização/eliminação de direitos trabalhistas, numa tentativa de polarizar a campanha em torno das clivagens ricos/pobres e direita/esquerda e assim consolidar o apoio dos setores hegemonzados pelo lulismo e atrair o voto dos setores críticos posicionados mais à esquerda do espectro político. Além de novamente defender uma reforma política a candidata do governo posicionou-se contra até mesmo a autonomia legal do Banco Central, como se bastasse a autonomia funcional que já existe na prática há muito tempo. No auge da campanha midiática contra a candidatura governista, até mesmo o compromisso com a regulação da imprensa e dos meios de comunicação foi brandido contra os barões da mídia, alinhados com a candidatura do PSDB. Na campanha do segundo turno tal postura foi decisiva para conter a ascensão de Aécio Neves, iniciada na reta final do primeiro turno, limitar o crescimento do antipetismo e garantir a vitória de Dilma Rouseff.

Por outro lado, o desempenho eleitoral dos partidos de esquerda nas eleições presidenciais de 2014 ficou aquém do esperado e do necessário, se considerarmos o descontentamento com o neoliberalismo e a perda de votos e legitimidade do PT como principal partido de esquerda, revelando as dificuldades de constituição de um movimento político de esquerda unificado a partir das Jornadas de Junho. Apesar disto houve um desempenho ligeiramente melhor do que em 2010 nas eleições presidenciais, graças ao desempenho da candidatura do PSOL, que dobrou sua votação. Esta melhoria expressiva, em termos relativos, se deveu fundamentalmente à presença da candidata do partido em alguns debates televisivos, graças à sua representação parlamentar na Câmara dos Deputados, e à postura acidamente crítica das candidaturas oficiais e do neoliberalismo. Se a bancada do partido no Congresso Nacional não se alterou, a bancada de deputados estaduais cresceu e Marcelo Freixo foi o deputado mais votado do Rio de Janeiro. É importante destacar ainda que algumas campanhas dedicaram mais espaço à divulgação dos valores e propostas socialistas, como as campanhas televisivas do PCB e do PCO, aproveitando o espaço da propaganda gratuita e cumprindo uma das funções do pleito eleitoral para os partidos socialistas.

No entanto, ainda pesaram a falta de unidade, a dificuldade em estabelecer uma perspectiva programática antineoliberal concatenada com o projeto socialista e o próprio descrédito dos partidos socialistas junto à determinados setores das classes trabalhadoras e da juventude, como expresso nas

manifestações de 2013, identificados com uma orientação política horizontalizante. Como já ressaltamos anteriormente, por mais que o descrédito da política institucional e o antipetismo tenham atingido o PT, contraditoriamente seus efeitos deslegitimadores acabaram afetando toda a esquerda, incluídos aí partidos socialistas e movimentos sociais. Isto por conta da identificação histórica do PT como partido de esquerda e ligado aos trabalhadores e aos movimentos sociais, como também porque um dos componentes ideológicos mais importantes do antipetismo é a associação entre o intervencionismo estatal e a corrupção da burocracia com o projeto socialista, ainda identificado com as experiências do chamado “Socialismo Real”. Nestes termos o antipetismo reedita o velho discurso anticomunista contra a esquerda e os movimentos sociais. Além disso, outros fatores que favorecem os efeitos deletérios do antipetismo sobre a esquerda socialista são a dificuldade em se formular uma alternativa política efetiva ao neoliberalismo moderado e ao lulismo e a reprodução de determinadas práticas políticas, de cunho burocrático, aparelhista e eleitoreiro.

Outro aspecto das eleições de 2014 e que tem um peso decisivo nos desdobramentos da crise atual foi o avanço eleitoral das forças conservadoras, pelo menos no plano institucional. Esta é uma questão importante e complexa, pois apesar de toda mobilização alimentada pelo antipetismo, o descontentamento popular com o neoliberalismo sugeria que as forças conservadoras não teriam o desempenho eleitoral que tiveram. Porém para além de uma relação mecânica e imediata entre posição política e opção eleitoral, o que se revelou foi uma crescente dicotomia entre a política institucional e a luta política em termos gerais. De um lado, os resultados eleitorais indicam que em relação à 2010, pelo menos no 1º turno, cresceu a posição que a justiça eleitoral considera como não-válida, ou seja, abstenções, votos brancos e votos nulos. Somados os três, a posição de rejeição da própria eleição e de todas as candidaturas foi bem sucedida nos dois turnos, indicando o forte descontentamento popular com o processo eleitoral e as instituições políticas, principalmente os partidos. Houve uma ligeira redução desta posição no segundo turno, principalmente com a diminuição do voto nulo, em função do caráter polarizado da eleição e da mobilização do “voto útil” em favor de Dilma Roussef e em menor grau de Aécio Neves, mas os índices de abstenções e votos em branco cresceram. Além disso, há que se considerar que toda a campanha foi pautada pelo discurso da mudança, levando as candidaturas principais a adotá-lo mesmo que de maneira oportunista e demagógica. O crescimento das intenções de voto em Marina Silva durante a campanha do primeiro turno e mesmo seu resultado eleitoral podem ser atribuídos à sua identificação com a perspectiva da mudança. Aécio Neves também procurou apresentar-se como novidadeiro, como a “mudança viável”, e foi ao segundo turno em parte embalado por este discurso. Mesmo Dilma Roussef teve que prometer “mais mudanças”, contrariando claramente o eixo da

campanha de 2010, quando se apresentava como a candidata da continuidade. A votação de Luciana Genro, que conseguiu dobrar o número de votos do PSOL em relação a 2010, também pode ser atribuída a este desejo de mudança, particularmente em função do desempenho bem sucedido da candidata na crítica ao conteúdo político e de classe das candidaturas principais (DEZORZI, 2014).

Estes dados indicam que o que há é uma onda de descrédito com a política institucional, marcadamente autocrática, e de descontentamento com o neoliberalismo que reverbera os aspectos mais progressistas das manifestações de 2013 e 2014. É verdade que esta crítica à política institucional também foi mobilizada por uma perspectiva politicamente conservadora e mesmo de cunho fascista, e que ela também revelou seus limites ao recusar a própria ação política enquanto elemento incontornável da constituição dos trabalhadores enquanto classe, ou seja, da própria constituição dos trabalhadores como sujeitos políticos capazes de disputar a hegemonia em todas as instâncias onde ela se realiza, inclusive no interior da institucionalidade política.

No entanto, aqui estamos considerando os elementos democráticos e horizontalizantes desta crítica por avaliar que eles foram predominantes e que eles trazem novas possibilidades de mobilização e organização. Entre estes elementos podemos destacar uma perspectiva de organização que por recusar o burocratismo e o centralismo decisório mostrou-se capaz de atrair segmentos não-organizados das classes trabalhadoras para a luta social. Também deve ser destacada a negativa dos movimentos em se constituir como interlocutores junto às autoridades constituídas, negando na prática os mecanismos autocráticos de tratamento do conflito social vigentes na institucionalidade política e a própria possibilidade de passivização e cooptação advinda da “mesa de negociação”, assim obrigando as autoridades a terem que dar respostas que desnudaram ainda mais o conteúdo neoliberal de suas políticas e o caráter extremamente limitado, mesmo para padrões burgueses, da democracia política vigente no país. O estabelecimento da mediação adequada entre estas formas de mobilização e organização e uma perspectiva de ação política de caráter contra-hegemônico pode favorecer a retomada das lutas sociais num novo patamar.

Por outro lado, em termos institucionais há um claro avanço das forças de direita, particularmente dos partidos pequenos e/ou novos, cujo desempenho eleitoral se deveu mais ao recuo dos votos no PT do que propriamente a um avanço do voto conservador. Os principais beneficiários deste movimento de migração de parte dos votos foram os partidos pequenos e/ou novos, que ampliaram ou mesmo formaram pela primeira vez suas bancadas no Congresso Nacional conferindo à nova legislatura um perfil mais conservador ainda. Na nova legislatura aumentou sensivelmente a pressão em favor de medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores, como a

criminalização dos movimentos sociais e a repressão sobre lutadores sociais e pobres em geral, a flexibilização de direitos trabalhistas, o avanço sobre as terras indígenas, etc.

Diante deste cenário podemos afirmar que se criou uma dicotomia entre o avanço institucional das forças de direita e a perspectiva política antineoliberal predominante entre os trabalhadores, o que abriu possibilidades para um período de grandes enfrentamentos e de desgastes na hegemonia neoliberal. Isto porque se tornando o neoliberalismo moderado incapaz de contornar as crescentes dificuldades econômicas e sociais, levando o governo a apelar cada vez mais para o receituário neoliberal ortodoxo, a capacidade do lulismo, do governo e das organizações por ele cooptadas reforçarem a hegemonia neoliberal e passivizar as classes trabalhadoras e seu movimento social, como ocorrido desde 2003, se enfraqueceu, apesar da chantagem do “mal menor” ter funcionado nas eleições. Além disso, o descrédito com a institucionalidade política autocrática também se ampliou, em favor de uma perspectiva democrática e de privilegiamento das iniciativas políticas oriundas “de baixo”. A própria ofensiva do governo e do Congresso Nacional contra os direitos dos trabalhadores a partir das eleições revela as potencialidades críticas desta perspectiva política.

Portanto, a combinação entre descrédito popular com a política institucional, avanço das forças conservadoras e incapacidade de articulação de uma alternativa política antineoliberal favoreceu a reedição da chantagem do “mal menor” nas eleições de 2014. Nestas condições a rendição à chantagem do “mal menor” (ruim com o PT, pior com o PSDB/DEM) teve um efeito político muito mais dramático e pernicioso para a organização independente e autônoma dos trabalhadores do que das outras vezes. Em primeiro lugar, as direções dos movimentos sociais e do movimento sindical tiveram muito maior dificuldade para mobilizar suas bases em favor da candidatura petista, mesmo na reta final da campanha, o que as obrigou a empenhar sua legitimidade em favor de um apoio político de vantagens incertas. Em segundo lugar, o apoio à candidatura Dilma se deu puramente em torno de um discurso de crítica aos aspectos mais ortodoxos do neoliberalismo, mobilizado como mero recurso de campanha e sem qualquer comprometimento efetivo com a plataforma política dos movimentos sociais e sindical. Segundo a propaganda da candidatura oficial as supostas vantagens que um segundo mandato traria aos trabalhadores residiriam fundamentalmente no aprofundamento do que já vinha sendo feito, ou seja, as medidas de indução do crescimento econômico (isenção fiscal, crédito mais barato, financiamento de grandes empresas, renovação da lei que regula os reajustes do salário mínimo), o apoio aos projetos de infra-estrutura e as políticas sociais compensatórias, cujos efeitos anticíclicos e favoráveis ao crescimento do emprego e à melhoria dos rendimentos do trabalho demonstram ter

se esgotado. Dilma Rousseff sequer se comprometeu com a revisão do fator previdenciário ou adotou uma posição clara de reprovação da proposta que pretendia ampliar o elenco de situações que permitem a terceirização do trabalho.

5-O período pós-eleitoral e a derrota na vitória.

No entanto, apurados os votos iniciou-se um intenso movimento de pressão sobre a candidata reeleita para afastar a perspectiva neodesenvolvimentista e antineoliberal extremada apresentada na campanha do segundo turno. Através de ampla campanha midiática e com apoio no poder judiciário e na própria Polícia Federal, tentando associar Dilma e Lula aos esquemas de corrupção na Petrobrás; da radicalização da oposição de direita, questionando os resultados eleitorais e fustigando o governo no Congresso Nacional e da mobilização social em defesa do *impeachment* da presidente ou mesmo de um golpe de Estado, o grande capital, particularmente o capital financeiro, impôs ao governo a sua pauta. À chantagem do “mal menor” sobre os movimentos sociais sucedeu-se a chantagem do “vai ou racha”, imposta ao governo e ao PT com a finalidade de reverter politicamente o resultado das eleições e reverter a derrota do neoliberalismo extremado nas urnas! Diante disto, o governo iniciou um processo de acomodação com as posições do grande capital e das forças da oposição de direita, tentando reeditar a estratégia de conciliação de classes que fez as glórias do lulismo e dando a entender que a politização do debate eleitoral e a radicalização do discurso não passaram de recursos de campanha.

Esta perspectiva de acomodação levou o governo a reeditar a tática adotada no início do governo Lula para “acalmar os mercados”, com a indicação de figuras identificadas com o receituário neoliberal e/ou com as forças políticas conservadoras para postos decisivos no novo ministério, como Joaquim Levy (Ministério da Fazenda); Kátia Abreu (Ministério da Agricultura), Gilberto Kassab (Ministério das Cidades), Guilherme Afif Domingos (Ministério da Micro e Pequena Empresa), Eliseu Padilha (Ministério dos Transportes) e Armando Monteiro (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio); evidenciando a tentativa de conciliação com os interesses das diversas frações do grande capital. Mesmo no Ministério do Planejamento, estratégico para um programa de tipo neodesenvolvimentista, foi indicado Nelson Barbosa, um quadro que não desagrade o capital financeiro e que saiu da secretaria executiva do Ministério da Fazenda no primeiro mandato de Dilma justamente por não concordar com determinadas “irresponsabilidades” com as contas públicas. Deve-se registrar ainda que além de elevar por duas vezes a taxa de juros logo depois das eleições, o governo apresentou propostas de ajuste fiscal, aumento da carga tributária e um expressivo corte de gastos, inclusive com a previdência e o seguro-desemprego, como provas do seu compromisso com a “responsabilidade fiscal” e o controle da inflação. A

promessa de regulação da imprensa e da mídia em geral, feita no calor da disputa eleitoral e em reação à campanha midiática contra a candidata, o governo e o PT, foi adiada para futuro indeterminado e amputada da perspectiva de limitação do processo de monopolização no setor. A rendição do governo e do PT à chantagem do “vai ou racha” fortaleceu a ofensiva contra os trabalhadores no Congresso Nacional ainda na legislatura de 2011-2014, passando a tramitar propostas como maior limitação do direito de greve dos servidores públicos, renunciando a ofensiva que se dará sobre os gastos com os serviços sociais e salários do funcionalismo; bem como aquela que sujeita a demarcação e a revisão das terras indígenas já demarcadas à bancada ruralista ao transferir estas atribuições do poder Executivo para o Congresso Nacional e ainda aquela que amplia a terceirização das relações de trabalho, indicando que o compromisso com o combate à flexibilização dos direitos trabalhistas é uma quimera. Com isto o governo Dilma deu um claro sinal de que no segundo mandato não pretendia abandonar as políticas sociais compensatórias ou as medidas de indução econômica favoráveis ao setor produtivo, mas que sua adoção seria cada vez mais condicionada pela fidelidade ao receituário neoliberal ortodoxo e pelo atendimento dos interesses do capital financeiro.

No entanto, se em 2003/2004 esta perspectiva de acomodação com os interesses do grande capital foi favorecida por um ciclo expansivo na economia mundial que beneficiou diretamente a economia brasileira possibilitando taxas de crescimento elevadas para padrões neoliberais e condições favoráveis à adoção do programa neoliberal moderado, hoje a situação é inversa, indicando que as medidas mais duras vieram para ficar e que diante da crise o governo abandonou sua postura conciliatória e cesarista em favor do grande capital. Ou seja, a adoção de medidas próprias do neoliberalismo extremado pelo governo deixou de ser um recurso tático - aplicado circunstancialmente para equilibrar as contas e manter o *investment grade* junto às agências de corretagem internacional, e depois abandonado em favor do programa neoliberal moderado, como em 2003/2004 e 2011/2012 -, para se transformar no programa principal. Diante disto, a oposição de direita e o “mercado” mantém a tática de ameaçar o governo com a possibilidade de *impeachment*, ou mesmo de golpe de Estado, como pregam alguns, com vistas à reforçar ainda mais a rendição do novo governo ao “realismo econômico” e abortar qualquer veleidade desenvolvimentista ou esquerdizante. Pelo que se viu esta tática funcionou a contento (SANTOS, 2015).

Esta situação criou uma crise conjuntural que se manifesta nos planos econômico, social e político-institucional e que teve origem nas vicissitudes vivenciadas pelo programa neoliberal moderado a partir da crise econômica mundial. Sua faceta mais visível é a crise de legitimidade do governo Dilma Roussef e do PT; apesar dos outros partidos, mesmo os de oposição de direita,

também apresentarem perda de legitimidade. No entanto, apesar do caráter integrado da atual crise, é importante frisar que ainda estamos longe de uma crise de hegemonia², apesar da intensificação dos elementos de coerção e dominação que reforçam a autocracia burguesa, pois a perspectiva política do grande capital, expressa no programa neoliberal, tem conseguido se impor, mesmo com a recessão econômica e o forte descontentamento popular com o neoliberalismo, capitalizando a adesão de setores sociais mobilizados pelo antipetismo. Na verdade, o que ocorre é um processo de reacomodação na correlação de forças no interior do bloco no poder, com o fortalecimento das posições já hegemônicas do capital financeiro (portador de juros, melhor dizendo), em detrimento do capital produtivo (principalmente o industrial), e a imposição da perspectiva neoliberal extremada como programa de governo para o combate à crise. Tal processo se desdobra nos planos institucional e político-partidário, com o PT perdendo, e tendendo a perder ainda mais, a condição de fiador e principal operacionalizador político da hegemonia burguesa. Como dissemos, se em 2001-2002 a crise do programa neoliberal extremado abriu caminho para a ascensão do neoliberalismo moderado, com a crise instalou-se o movimento inverso.

A opção do governo Dilma Roussef pelo neoliberalismo extremado logo após as eleições aprofundou ainda mais a sua perda de legitimidade, tornando-o refém das forças conservadoras, pois na campanha eleitoral de 2014, principalmente no segundo turno, o governo e o PT buscaram reeditar a chantagem do “mal menor” sobre os trabalhadores, os movimentos sociais e partidos de esquerda criticando duramente o projeto neoliberal e comprometendo-se com uma perspectiva neodesenvolvimentista como alternativa ao agravamento da crise econômica. Como vimos, tal manobra política foi exitosa, garantindo a vitória da candidatura governista nas eleições presidenciais, apesar da pequena margem em relação à candidatura tucana. O apoio popular à candidatura governista, capaz de garantir-lhe a vitória eleitoral, expressou claramente a perspectiva de ultrapassagem do neoliberalismo moderado, apontando para o estabelecimento de novas bases políticas de sustentação do governo e de enfrentamento da crise.

No entanto, logo após o segundo turno prevaleceu a perspectiva de recomposição política com o grande capital, levando o governo petista a adotar um conjunto de medidas que negavam os compromissos de campanha (aumento dos juros, corte de direitos trabalhistas, cortes orçamentários, tarifaço nos combustíveis e na energia elétrica) e de compor o novo ministério com forças de direita, visando garantir a “governabilidade” e a formação de uma base política no Congresso Nacional. O governo e o PT apostam na transitoriedade desta situação, enxergando na segunda metade do mandato a possibilidade de ressurreição do neoliberalismo moderado e de reconstituição de suas bases de apoio. No entanto, esta possibilidade é bastante remota, em função da própria

² - Para os conceitos de hegemonia, crise e temas afins ver GRAMSCI (2000).

ausência de condições econômicas e políticas para tanto. Por isto, tal atitude criou uma crise de legitimidade que está no centro da atual crise conjuntural, isolando o PT e o governo de sua tradicional base de apoio e tornando-o refém das pressões articuladas do grande capital, da grande mídia e das forças políticas de direita, mesmo daquelas consideradas “aliadas”. Na verdade o que há é a tentativa de diversos partidos e forças políticas de ocuparem o lugar do PT como principal operacionalizador político da hegemonia burguesa. A pressão do PMDB no Congresso Nacional e em busca de mais espaço no governo Dilma e sua tentativa de se colocar como alternativa de governo no caso de um *impeachment* apenas expressa esta situação de forma mais evidente. O PSDB e seus aliados históricos (PFL-DEM e PPS) também tentam capitalizar política e eleitoralmente a mobilização em torno do antipetismo e contra o governo, colocando-se como opção preferencial do bloco no poder nas eleições de 2016 e de 2018, interrompendo assim o prolongado ciclo de derrotas eleitorais por que tem passado. Mesmo o PSB se movimenta para ocupar este espaço, apesar da derrota de 2014 e do processo de redefinição político-ideológica que vivencia atualmente.

A tática de manter o governo contra a parede buscou abortar no nascedouro qualquer veleidade neodesenvolvimentista de sua parte, enfraquecer sua capacidade de contrapor-se à pauta política claramente conservadora que vem sendo encaminhada no Congresso Nacional (veja-se o veto ao fortalecimento político dos conselhos populares na definição das políticas públicas, a redução da maioria penal, a desfiguração do estatuto do desarmamento e a própria lei da terceirização), em resposta à pressão dos movimentos sociais e colocar a esquerda e o movimento dos trabalhadores na defensiva. Aliás, indiretamente o antipetismo também afeta o conjunto da esquerda socialista, que adota uma postura de oposição desde o primeiro mandato de Lula, mas que também sofre os efeitos do anticomunismo e do conservadorismo político embutidos na ofensiva contra o governo e o PT. Além disso, ao mesmo tempo em que enfraquece os setores petistas do governo, inclusive a presidente da República, fortalece a direção política de forças e grupos não petistas e mesmo antipetistas representadas por Joaquim Levy, Michel Temer, Gilberto Kassab, que passam à condição de “fiadores” do governo.

Como admitem os quadros políticos mais lúcidos do grande capital, a tese do *impeachment* serve bem como ameaça e instrumento de chantagem, não como realidade fática, pois neste caso a administração da crise até o final do mandato ficaria sob exclusiva responsabilidade da direita que hoje fustiga o governo petista e o PT e os mantém como reféns. Um governo pós-Dilma seria dirigido pelo PMDB de Temer, Cunha e Renan com o provável apoio de setores do PSDB e do PFL-DEM, o que poderia significar um ônus demasiadamente pesado nas eleições de 2018 diante do messianismo lulista. Além disso, um processo de *impeachment* poderia suscitar a mobilização

social e cimentar uma aliança do governo e do PT com os movimentos sociais e as forças de esquerda, instabilizando ainda mais a situação política. Nestas condições, é mais vantajoso manter o governo acuado, reverberando o máximo possível cada nova denúncia de corrupção, dificultando a aprovação das medidas que buscam recompor sua base social entre as classes trabalhadoras e impedindo que a pressão popular e dos movimentos sociais o faça mudar de rota; ao mesmo tempo em que a campanha de desconstrução do PT e da própria esquerda continua, procurando quebrar sua força política e eleitoral. As próprias iniciativas de diversas lideranças políticas para “baixar a fervura” indicam que este é o caminho preferencial para o grande capital e seus representantes políticos. No entanto, apesar de funcionar como uma referência decisiva, esta posição não impede de todo a promoção de “aventuras” por determinadas forças políticas motivadas por interesses partidários estritos (setores do PMDB e da oposição de direita), com o apoio de instituições importantes como o Congresso e o STF. Isto porque a própria crise de legitimidade pode evoluir para uma crise de governabilidade de conseqüências imprevisíveis, caso o governo não aplique o ajuste fiscal e as medidas neoliberal extremadas e/ou os trabalhadores e os movimentos sociais passem à ofensiva. De um modo ou de outro, a política de conciliação de classes adotada pelos governos petistas chegou ao fim.

Na situação atual os trabalhadores poderão sofrer derrotas ainda maiores, a não ser que intensifiquem suas lutas e os movimentos sociais e a esquerda socialista recusem abertamente a “chantagem do mal menor” e qualquer veleidade de apoio a um governo neoliberal extremado, enfrentando abertamente esta política e construindo uma perspectiva de autonomia e independência. A proposta de constituição de uma frente contra o ataque aos direitos sociais e trabalhistas é uma iniciativa importante e deve ser apoiada sem vacilações. No entanto, é preciso ir além, é preciso fazer a crise conjuntural evoluir para uma crise de hegemonia.

REFERÊNCIAS:

- CALIL, Gilberto Grassi. “Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho”. In: *Projeto História*, v.47, maio/ago (2013).<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17155/14571>
- CARVALHO, Igor. “Da despolitização ao ódio”. *Caros Amigos*, nº 217, abril de 2015, p. 24-30.

D'ANDREA, Tiarajú. "PT perdeu votos na periferia de SP no primeiro turno, mas não foi o PSDB que levou" *Revista Fórum* (2014). <http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/geral/pt-perdeu-votos-na-periferia-mas-nao-foi-o-psdb-que-ganhou/>, acesso em outubro 16, 2014 19:15.

DEZORZI, Caio. "Não existe 'onda conservadora' no Brasil, nem em SP". *Esquerda Marxista* (2014). <http://www.marxismo.org.br/content/nao-existe-onda-conservadora-no-brasil-nem-em-sp>; Acesso em 13/10/2014 - 17:00.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. volume 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACIEL, David. "Hegemonia neoliberal e trabalhadores no governo Lula". 2011. *Blog Marxismo21*. <http://www.nieparx.com.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC401F.pdf>

_____. "De Lula à Dilma Roussef: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política". 2013a. *Anais do Simpósio Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática*. <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/D-Maciel-2.pdf>

_____. "Populismo e hegemonia neoliberal no Brasil contemporâneo". 2013b. *Anais do Simpósio Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois*. <http://www.nieparx.com.br/MManteriores/MM2013/Trabalhos/Amc122.pdf>

MARICATO, Ermínia ..et alli. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda (org.). *Jornadas de Junho: a revolta popular em debate*. São Paulo: ICP, 2014.

SANTOS, Igor, Felipe. "Conservadores avançam e flertam com o golpismo". *Caros Amigos*, nº 216, março de 2015, p. 24-28.

* David Maciel é professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG, coordenador do Grupo de Trabalho "Marxismo e História" da ANPUH, do Núcleo de Estudos e Pesquisa em História Contemporânea (NEPHC) e do Grupo de Pesquisa-Capitalismo e História (UFG/CNPq) da UFG.